



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE PIRACICABA - 0051

[2501 a 3000 processos]

Entre os dias 19 e 21 do mês de junho de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 8/2018, divulgado em 8/5/2018 no DEJT (Edição 2468/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 722). Presentes a Juíza Titular ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID DIAMANTINO e o Juiz Substituto RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	AGUAS DE SAO PEDRO, PIRACICABA, SANTA MARIA DA SERRA, SAO PEDRO, SALTINHO, CHARQUEADA
Lei de Criação:	7.729/89
Data de Instalação:	12/12/1989
Data de Instalação do PJE:	10/05/2013
Data da Última Correição:	09/05/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	3 %
Acervo PJe/Acervo Total:	97 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID DIAMANTINO	06/11/2000

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/04/2017 a 16/05/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/05/2017 a 17/05/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
18/05/2017 a 19/05/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
22/05/2017 a 23/05/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/06/2017 a 17/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
18/06/2017 a 18/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
26/06/2017 a 26/06/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
27/06/2017 a 14/07/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
15/07/2017 a 17/07/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
18/07/2017 a 21/07/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
24/07/2017 a 22/08/2017	FERIAS
23/08/2017 a 21/09/2017	FERIAS
25/09/2017 a 24/10/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
30/10/2017 a 30/10/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
31/10/2017 a 31/10/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
10/11/2017 a 10/11/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/11/2017 a 12/12/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/12/2017 a 19/12/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
08/01/2018 a 30/01/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
02/04/2018 a 03/04/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
05/04/2018 a 13/04/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
16/04/2018 a 15/05/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
16/05/2018 a 16/05/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/05/2017 a 05/06/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	20/11/2017 a 19/12/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
BRUNA MULLER STRAVINSKI	07/01/2017 a 19/12/2017
BRUNA MULLER STRAVINSKI	08/01/2018 a 05/06/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/05/2017 a 15/06/2017	FERIAS
20/09/2017 a 19/10/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	14/05/2018 a 20/05/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CRISTIANE HELENA PONTES	22/05/2017 a 23/05/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	24/05/2017 a 24/05/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	20/10/2017 a 23/10/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	10/11/2017 a 10/11/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	11/11/2017 a 12/11/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	13/11/2017 a 19/11/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	11/04/2018 a 13/05/2018

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/05/2017 a 05/06/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FABIO TRIFIATIS VITALE	19/02/2018 a 20/02/2018
FABIO TRIFIATIS VITALE	06/03/2018 a 06/03/2018
FABIO TRIFIATIS VITALE	02/04/2018 a 03/04/2018
FABIO TRIFIATIS VITALE	04/04/2018 a 04/04/2018
FABIO TRIFIATIS VITALE	05/04/2018 a 10/04/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDA FRARE RIBEIRO	17/04/2017 a 16/05/2017
FERNANDA FRARE RIBEIRO	17/05/2017 a 19/05/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	26/06/2017 a 14/07/2017
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	19/07/2017 a 23/07/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MERCIO HIDEYOSHI SATO	22/01/2018 a 30/01/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MICHELE DO AMARAL	17/07/2017 a 18/07/2017

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/05/2017 a 05/06/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
REBECA SABIONI STOPATTO	07/06/2017 a 07/06/2017
REBECA SABIONI STOPATTO	21/08/2017 a 21/09/2017
REBECA SABIONI STOPATTO	22/09/2017 a 24/09/2017
REBECA SABIONI STOPATTO	25/09/2017 a 19/10/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/04/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANA APARECIDA PERTILE MUNICELLI	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	29/05/2002
CLAUDIA FERRAZ DE CAMARGO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	18/08/2012
DEBORA ASSIS DE OLIVEIRA	REQ	-	25/07/2017
FABIO AJUDARTE LOPES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	16/08/2016
KATIA REGINA DO AMARAL GOLIA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	16/03/1992
MARA REGINA BAROSI	AJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	08/12/2012
NATALE SEVERINO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	27/08/2007
ROSANA SUELI BRITTO DE JESUS	REQ	FC-01 EXECUTANTE	27/07/2011
ROSEMEIRE ALVES DOS SANTOS ROCHA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	28/11/2017
SALVIO DALTROZO PENTEADO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/04/1996
VANDERLEI BALDESSIN	TJA	FC-04 CALCULISTA	30/04/1993
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			5



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	39
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	19
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	3
TOTAL	69



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/04/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
LETICIA DE TOLEDO PIZA ROSSI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2018
MARIANE DE OLIVEIRA MARCAL	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [05/2017 a 04/2018]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID DIAMANTINO	76
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	15
BRUNA MULLER STRAVINSKI	104
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	18

SERVIDORES	HORAS
CLAUDIA FERRAZ DE CAMARGO	60
FABIO AJUDARTE LOPES	54
MARA REGINA BAROSI	50
NATALE SEVERINO	8
ROSEMEIRE ALVES DOS SANTOS ROCHA	8
SALVIO DALTROZO PENTEADO	48
VANDERLEI BALDESSIN	88



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	719	1.368	922
	Aguardando encerramento da instrução	967	952	1.044
	Aguardando prolação de sentença	213	136	197
	Aguardando cumprimento de acordo	588	421	510
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.738	1.637	2.099
	Pendentes de finalização		4.224	4.514
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	107	337	236
	Liquidados pendentes de finalização na fase	232	493	463
	Pendentes de finalização	339	830	699
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.197	1.359	1.185
	Encerrados pendentes de finalização na fase	46	93	97
	Pendentes de finalização	1.244	1.454	1.284
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	8	1	3
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	2	7	1
TOTAL		5.817	6.806	6.758

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [06/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.474	1.588	1.611
	Aguardando encerramento da instrução	801	1.080	1.015
	Aguardando prolação de sentença	115	161	129
	Aguardando cumprimento de acordo	367	394	445
	Solucionados pendentes de finalização na fase	4.198	4.803	4.963
	Pendentes de finalização		4.198	4.927
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	271	489	382
	Liquidados pendentes de finalização na fase	210	467	404
	Pendentes de finalização	461	804	716
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.073	1.186	1.308
	Encerrados pendentes de finalização na fase	996	672	929
	Pendentes de finalização	1.098	1.333	1.576
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	85	221
TOTAL		5.758	7.150	7.506



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	559	491	177
Exceções de Incompetência	13	15	4
Antecipações de Tutela	394	396	30
Impugnações à Sentença de Liquidação	25	38	24
Embargos à Execução	117	106	75
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	8	5	3
TOTAIS	1.116	1.052	313

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [06/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	400	335	114
Exceções de Incompetência	13	5	5
Antecipações de Tutela	409	415	13
Impugnações à Sentença de Liquidação	42	26	46
Embargos à Execução	122	107	68
Embargos à Arrematação	2	0	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	5	9	2
TOTAIS	993	897	250



6 - RECURSOS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.192	1.141	120
Recurso Adesivo	91	78	18
Agravo de petição	50	52	10
Agravo de Instrumento	17	2	14
TOTAIS	1.350	1.273	162

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [06/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	862	820	66
Recurso Adesivo	60	47	16
Agravo de petição	64	57	7
Agravo de Instrumento	11	7	6
TOTAIS	997	931	95



7 - PRAZOS MÉDIOS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	585	207	227	212
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.429	350	396	388
Total / Média	3.014	323	357	354

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	557	209	233	219
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.164	362	412	400
Total / Média	2.721	330	370	363

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	225	21	22	26
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.168	37	36	36
Total / Média	1.393	34	34	35

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	49	109	252	245
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	321	144	264	246
Total / Média	370	140	262	246

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	132	827	1.974	2.972
Do início ao encerramento da execução - ente público	23	707	1.207	1.009
Total / Média	155	809	1.914	2.844

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [06/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	432	194	209	226
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.874	319	368	337
Total / Média	2.306	296	326	312

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	421	204	215	245
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.735	343	370	356
Total / Média	2.156	316	327	331

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	226	27	28	33
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.138	46	41	49
Total / Média	1.364	43	38	46

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	78	111	230	248
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	383	156	238	265
Total / Média	461	148	237	262

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	328	2.064	1.829	2.051
Do início ao encerramento da execução - ente público	118	1.306	1.242	1.118
Total / Média	446	1.864	1.765	1.905

*Do início até a extinção da execução

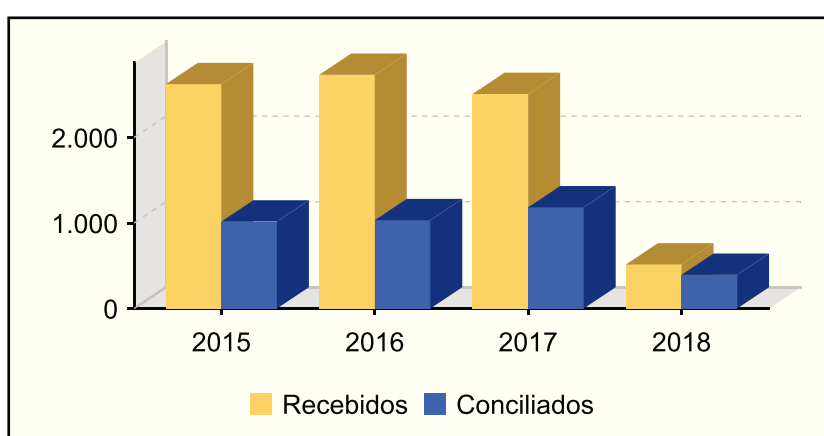


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

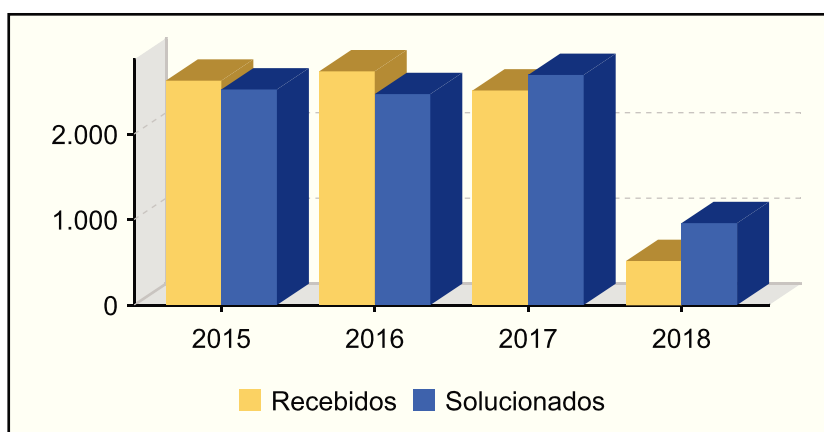
8.1 - Índice de conciliações [até 04/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.624	1.017	38,76
2016	2.733	1.033	37,80
2017	2.509	1.183	47,15
2018	515	394	76,50



8.2 - Índice de soluções [até 04/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.624	2.521	96,07
2016	2.733	2.467	90,27
2017	2.509	2.691	107,25
2018	515	958	186,02



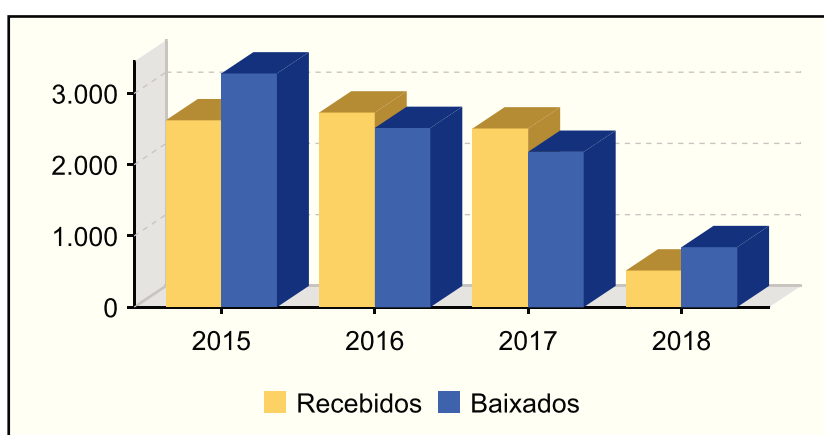


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

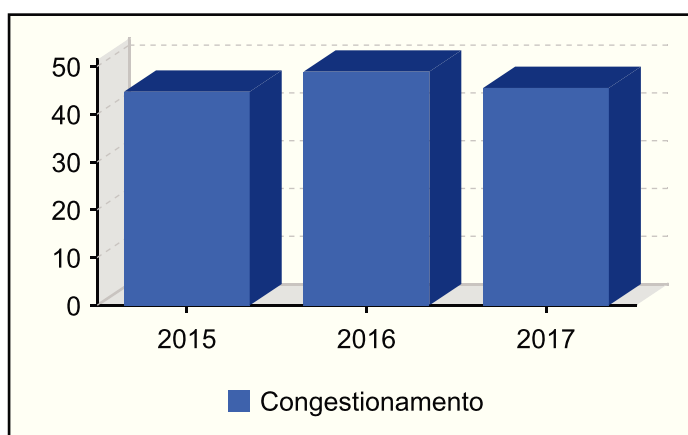
8.3 - Índice de baixas [até 04/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.624	3.281	125,04
2016	2.733	2.516	92,06
2017	2.509	2.181	86,93
2018	515	843	163,69



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.936	2.624	2.521	44,71
2016	2.096	2.733	2.467	48,91
2017	2.429	2.509	2.691	45,50

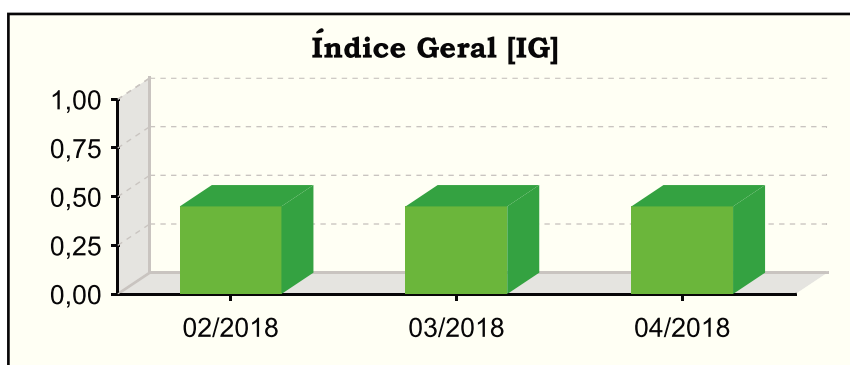
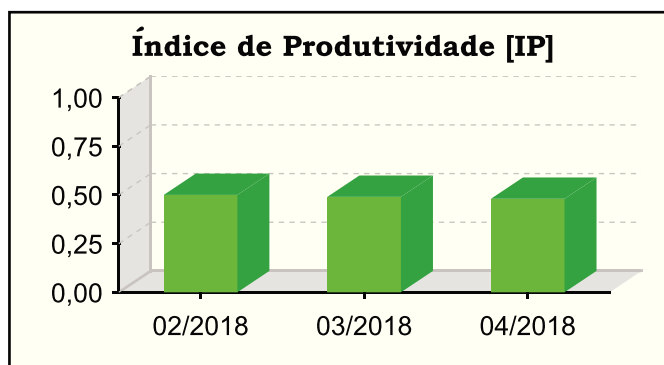
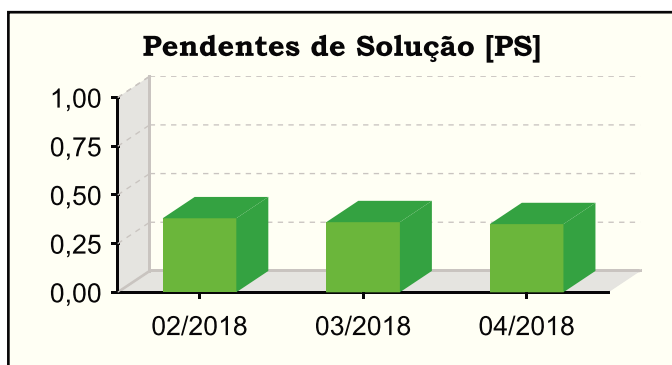
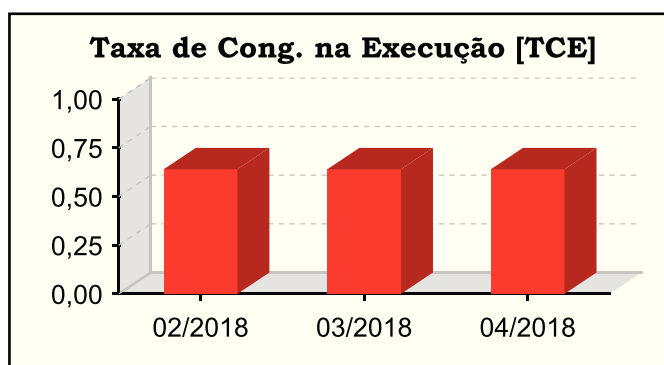
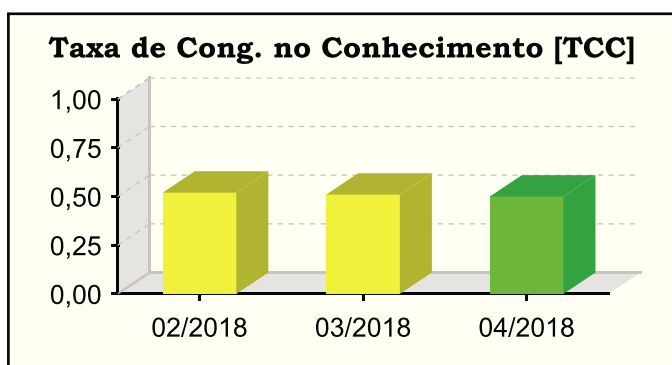




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
02/2018	0,52	0,64	0,38	0,50	0,45
03/2018	0,51	0,64	0,36	0,49	0,45
04/2018	0,50	0,64	0,35	0,48	0,45





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.300	108,3	63,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.114	92,8	54,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.414	201,2	117,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	385	32,1	18,7
Incidentes Processuais Resolvidos	1.052	87,7	51,2
Dias-Juiz	617	51,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.909	85,2	49,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	47.281	96,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	89.190	181,3	105,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	15.821	32,2	18,7
Incidentes Processuais Resolvidos	37.651	76,5	44,6
Dias-Juiz	25.325	51,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	132.672	72,3	46,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	166.819	90,9	58,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	299.491	163,1	104,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	48.750	26,6	17,0
Incidentes Processuais Resolvidos	114.676	62,5	40,1
Dias-Juiz	85.883	46,8	---

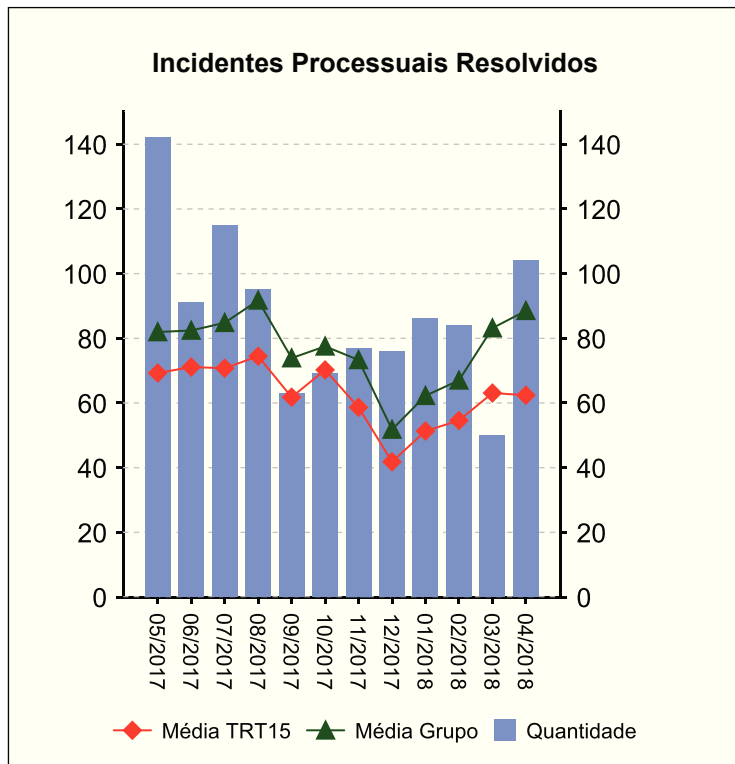
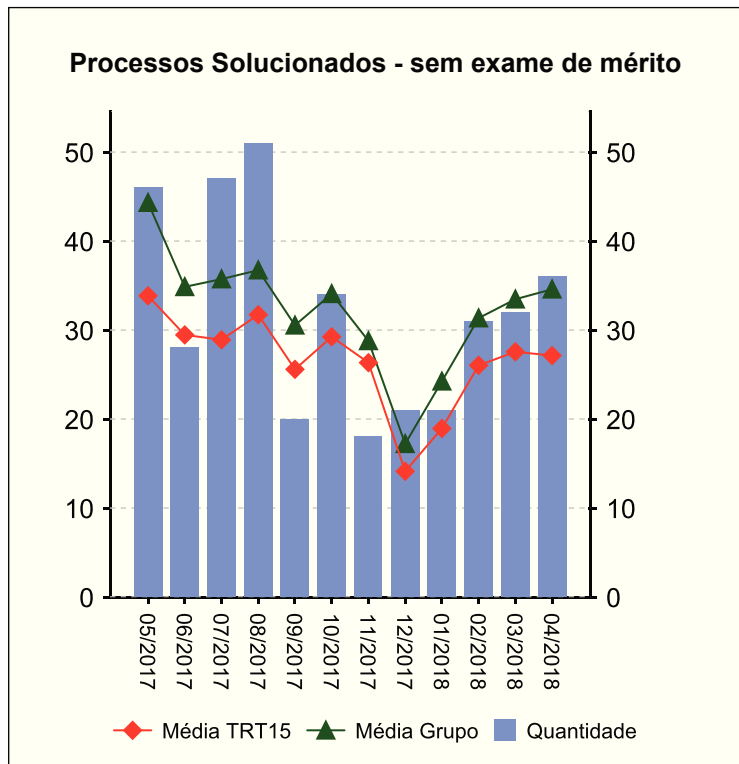
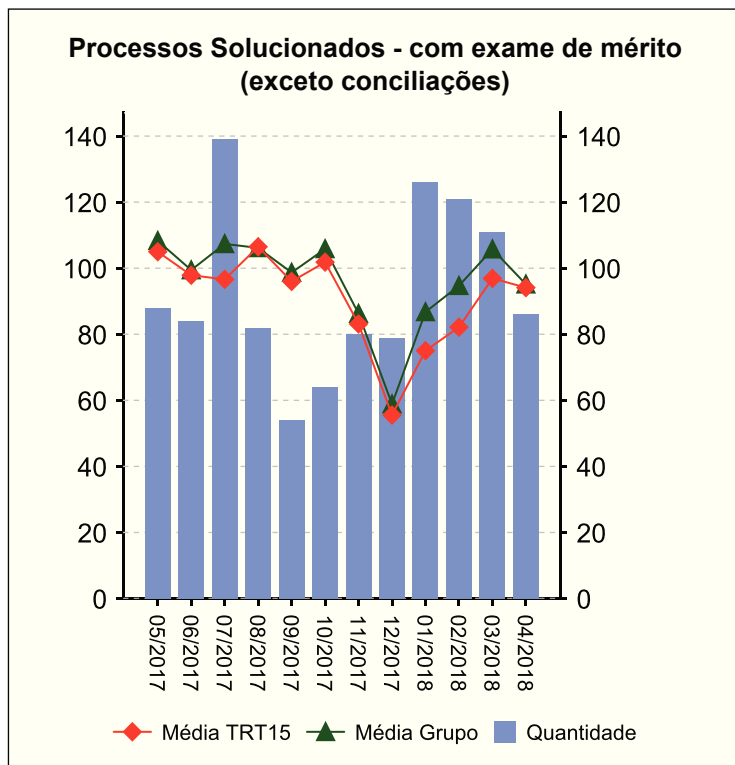
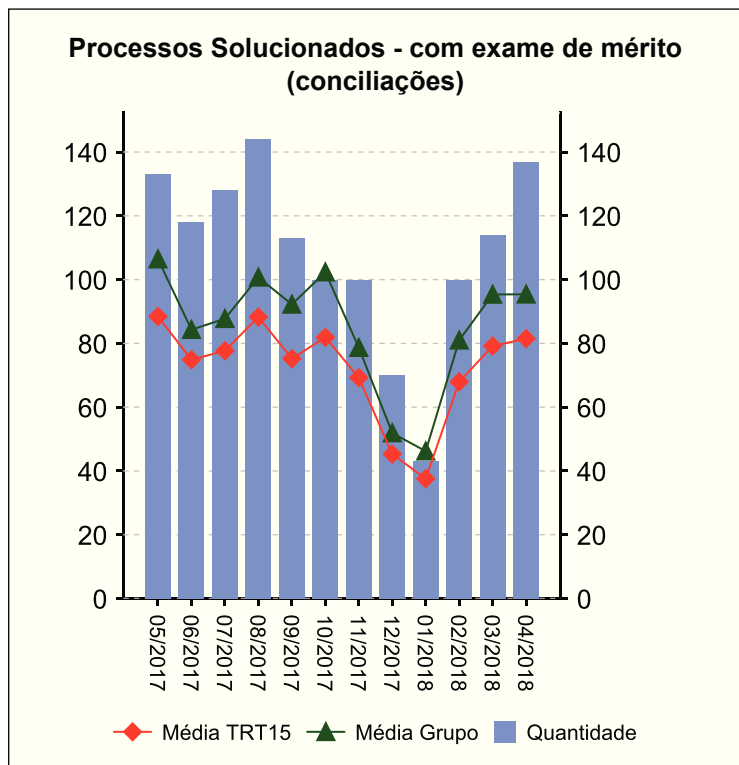
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	886	73,8	43,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	748	62,3	36,4
Sessões de audiência realizadas - una	2.131	177,6	103,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	415	34,6	20,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	450	37,5	21,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.879	239,9	140,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	865	72,1	42,1
Dias-Juiz	617	51,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	25.325	51,5	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.883	46,8	---

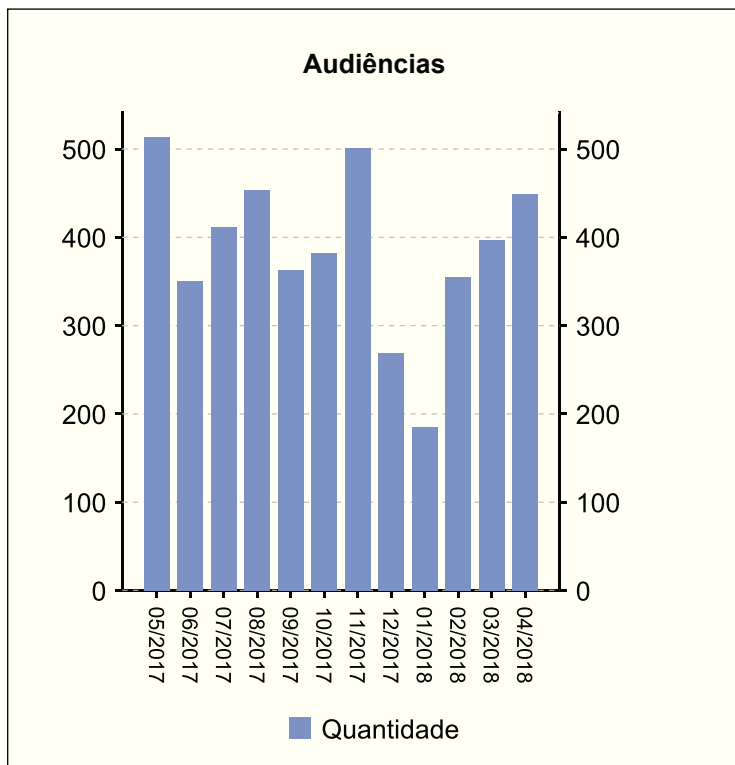


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

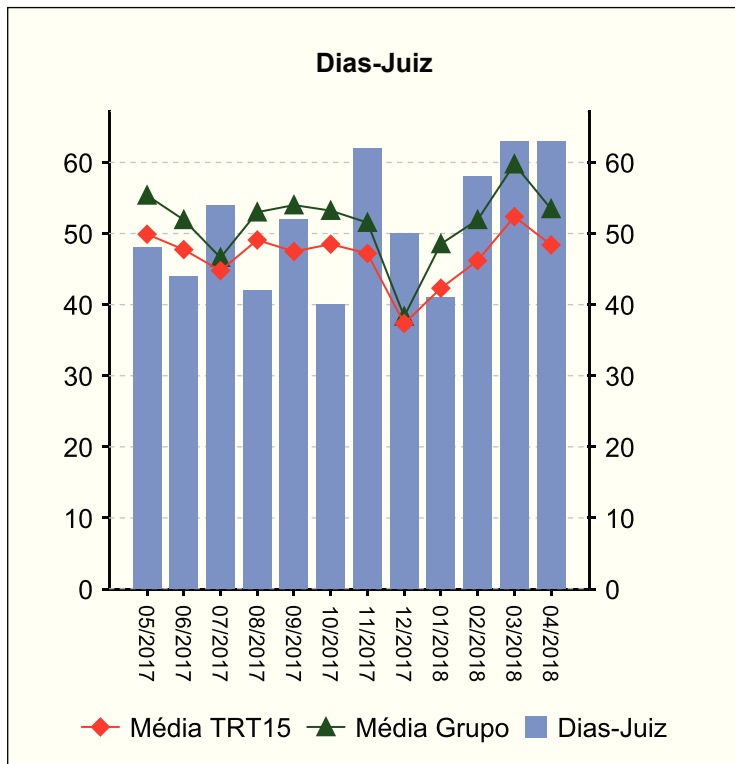
[05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2017	66	68	118	81	181	514
06/2017	62	18	78	49	143	350
07/2017	36	38	102	64	172	412
08/2017	51	26	77	78	221	453
09/2017	43	40	85	57	138	363
10/2017	26	32	63	73	188	382
11/2017	22	130	84	88	177	501
12/2017	18	8	38	56	149	269
01/2018	4	7	39	29	106	185
02/2018	13	36	69	50	187	355
03/2018	42	19	64	58	214	397
04/2018	32	28	69	65	255	449
Total	415	450	886	748	2131	4630



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2017	48
06/2017	44
07/2017	54
08/2017	42
09/2017	52
10/2017	40
11/2017	62
12/2017	50
01/2018	41
02/2018	58
03/2018	63
04/2018	63
Média Mensal	51,4



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.004	83,7	50,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.210	100,8	60,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.214	184,5	110,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	378	31,5	18,9
Incidentes Processuais Resolvidos	1.095	91,3	54,8
Dias-Juiz	599	49,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.702	84,8	49,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	43.814	89,1	51,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	85.516	173,8	100,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.851	34,3	19,9
Incidentes Processuais Resolvidos	31.738	64,5	37,4
Dias-Juiz	25.430	51,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.845	71,3	46,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	142.655	77,7	50,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	273.500	149,0	96,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.713	27,6	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	101.736	55,4	36,0
Dias-Juiz	84.798	46,2	---

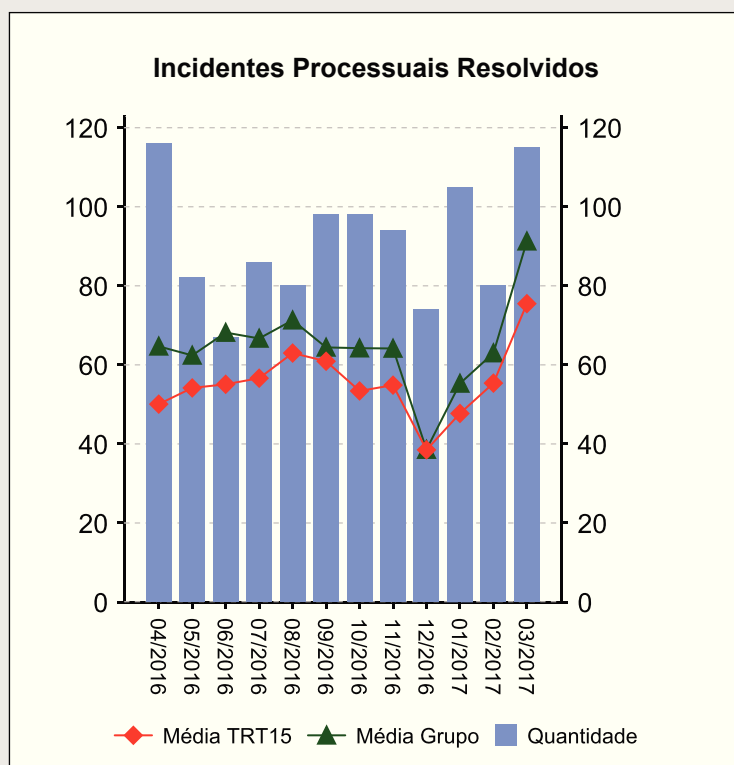
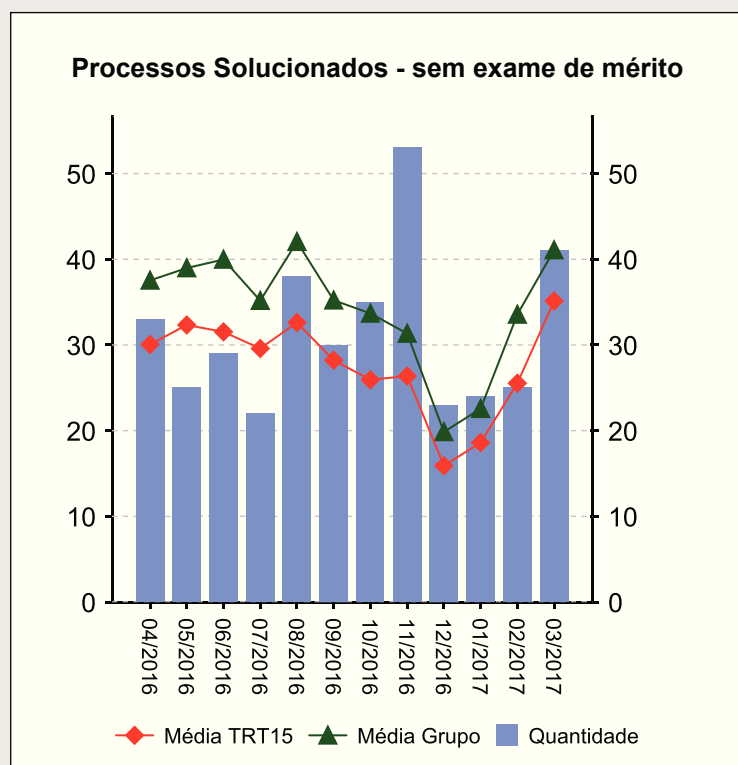
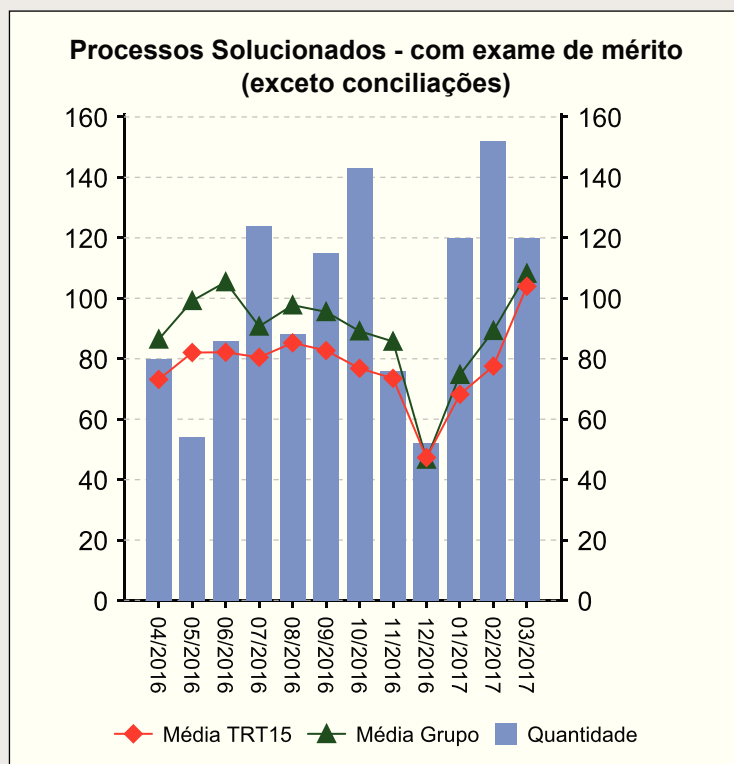
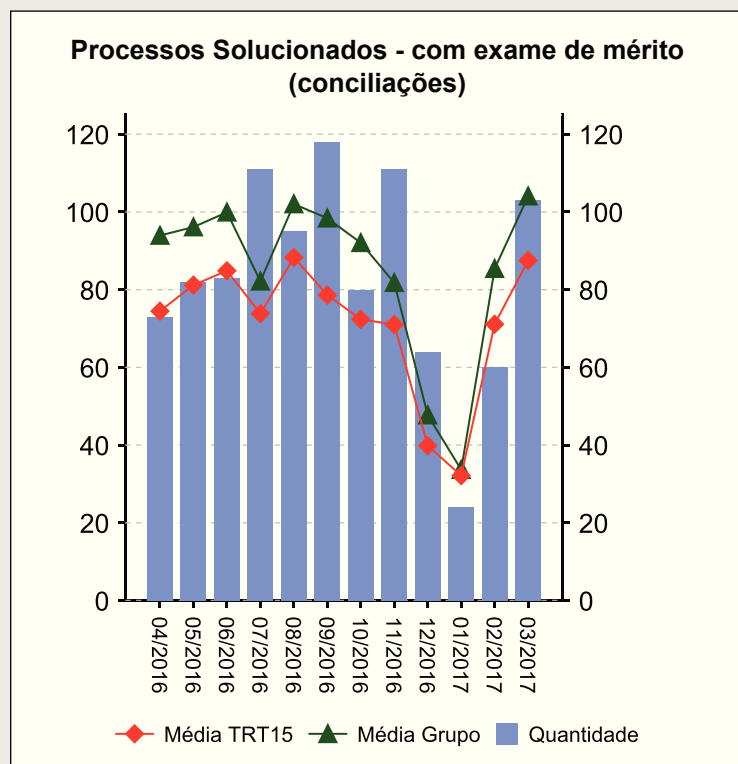
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	267	22,3	13,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	512	42,7	25,6
Sessões de audiência realizadas - una	1.869	155,8	93,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	402	33,5	20,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	431	35,9	21,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.381	198,4	119,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	833	69,4	41,7
Dias-Juiz	599	49,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	25.430	51,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.798	46,2	---



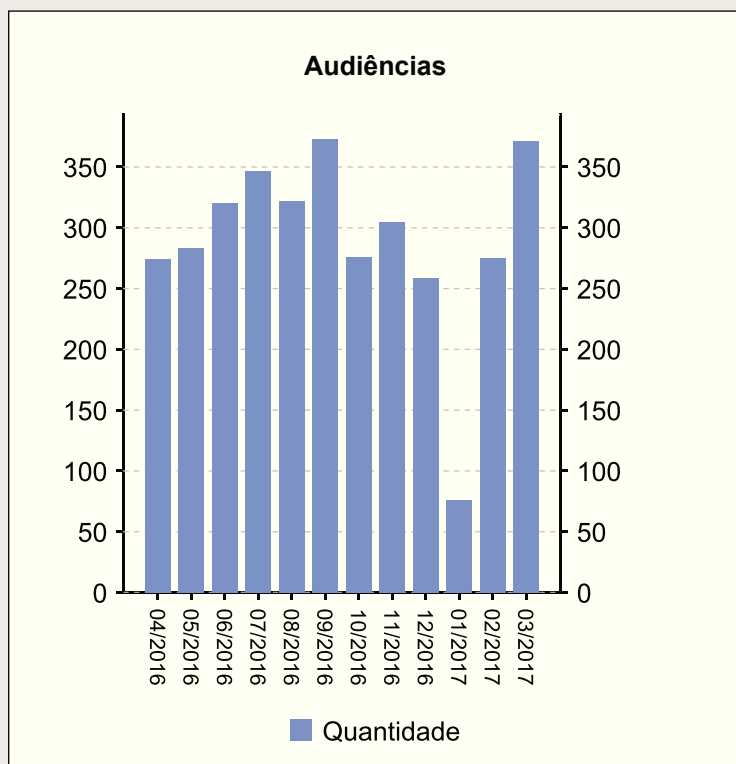
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

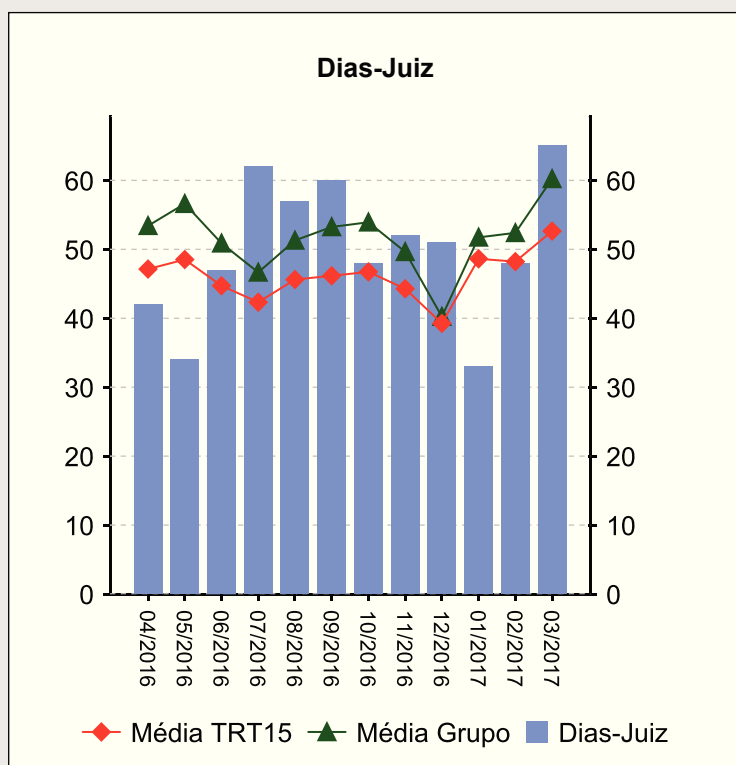
[04/2016 a 03/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
04/2016	5	40	67	38	124	274
05/2016	41	20	39	32	151	283
06/2016	6	69	39	43	163	320
07/2016	41	20	29	48	209	347
08/2016	12	13	22	55	220	322
09/2016	41	91	5	57	179	373
10/2016	53	10	12	54	147	276
11/2016	74	40	13	51	127	305
12/2016	52	52	6	26	123	259
01/2017	9	8	5	16	38	76
02/2017	26	42	1	37	169	275
03/2017	42	26	29	55	219	371
Total	402	431	267	512	1869	3481



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
04/2016	42
05/2016	34
06/2016	47
07/2016	62
08/2016	57
09/2016	60
10/2016	48
11/2016	52
12/2016	51
01/2017	33
02/2017	48
03/2017	65
Média Mensal	49,9



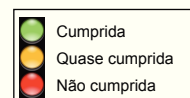
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

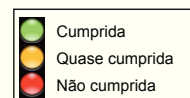
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2509	2691	2258	0	209	224	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

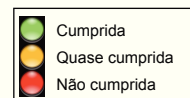
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2624	2362	2600	0	224	54	24 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
874	742	787	132	73	62	83 %





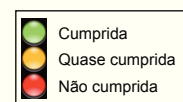
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

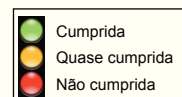
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
9	8	0.82	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
288	340	276	77 %





12 - ARRECAÇÃO [05/2017 a 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 416.834,97	R\$ 203.445,47	R\$ 0,00	R\$ 2.030.641,56



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 04/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2013	1
2014	10
2015	30
2016	303
2017	1101
2018	454



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3298	11	2	13	0

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 11 servidores está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Marcia Adriana Tot – Assistente da Juíza Titular Adriene Sidnei De Moura David Diamantino.

Priscilla Santana – Assistente da Juíza Substituta Auxiliar Fixa Bruna Muller Stravinski.

Susana Von Zuben de Arruda Camargo Barbieri - Assistente do Juiz Substituto Rafael de Almeida Martins.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 4/6/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	4/6/2018	Data de corte:	4/5/2018
Saldo:	111	Saldo:	170
Data do mais antigo:	2/5/2018*	Data do mais antigo:	4/4/2018
		Total:	281

* Observação: por amostragem, em consulta ao sistema PJE observou-se haver processos sem tramitação com data anterior à informada. Vide item 22 desta Ata.



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (MGD 04/2018) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,45, um centésimo abaixo do índice apurado na última Correição (0,46 em 03/2017).

Individualizando as variáveis que compõem esse índice, observa-se uma melhora na taxa de congestionamento no conhecimento – TCC – desde a última correição, de 0,58 para 0,50. Igualmente, o índice pendente de solução apresentou variação positiva, de 0,44 para 0,35.

Por outro lado, a taxa de congestionamento na execução – TCE – teve aumento de criticidade, passando de 0,58 para 0,64, no mesmo período, o que requer maior atenção a esta fase processual.

Como registrado no item anterior, foi informada a existência de 281 processos sem tramitação há mais de 30 dias, quantidade inferior à metade da média trienal de processos recebido, razão pela qual não se registra necessidade de elaboração de plano de ação. Esclarece a gestora da unidade que parte dos processos indicados no SAP são aqueles já migrados para o PJe, mas que os autos físicos são requeridos para vista pelos advogados, inclusive, hoje, já retransmitidos.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012777-94.2015.5.15.0051, 0010356-63.2017.5.15.0051 e 0011241-82.2014.5.15.0051.

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure



crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0011800-05.2015.5.15.0051 e 0010014-23.2015.5.15.0051;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Além disso, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 4/6/2018, verificou-se a existência de 546 protocolos nos últimos 12 meses, com 6 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0000352-06.2013.5.15.0051, 0012477-35.2015.5.15.0051 e 0012299-23.2014.5.15.0051);

16.5 – há audiências designadas em quatro dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 450 no período de 05/2017 a 04/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,35 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que



se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 2ª Vara do Trabalho de Piracicaba apresenta 35% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 51,4 dias-juiz nos últimos doze meses, próximo à média do grupo (51,5) e à média mensal apurada na última correição (49,9).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 63,2 processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 49,6) e à última correição (RARIA 50,3). No entanto, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito foi de 54,2 (RARIA), inferior à média do grupo, de 56,0 (RARIA) e à última correição (RARIA de 60,6).

Tais números resultaram em média total de solucionados com exame de mérito, de 117,4 (RARIA) na Unidade, superior à média do grupo 105,7 (RARIA) no mesmo período, superando também o apurado na última correição (RARIA de 110,9).

Em que pese o bom resultado, em grande parte decorrente das conciliações, cumpre registrar não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 77% de cumprimento) – conforme item 11, exigindo a continuidade dos esforços para solucionar mais feitos e reduzir os prazos médios.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 4/6/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	21/8/2018	0	78
INICIAIS/ Sum:	21/8/2018	0	78
UNAS/ Ord:	3/9/2018	142	91
UNAS/Sum:	21/8/2018	0	78
INSTRUÇÕES/Ord:	6/11/2018	0	155
INSTRUÇÕES/Sum:	31/10/2018	0	149



CONCILIAÇÃO:	20/8/2018	0	77
MEDIAÇÃO:	20/8/2018	0	77

Observação1: A juíza auxiliar fixa possui pauta própria e as datas estão aproximadas.

Observação2: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada e utilizam o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos. A Unidade não inclui em pauta feitos que envolvam órgãos públicos. Por outro lado, os processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta antes da elaboração dessa prova técnica, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	10	10	1			21
	tarde	2		2			4
terça	manhã	10		1		10	21
	tarde	2		2			4
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	10	10	1			21
	tarde	2		2			4
quinta	manhã	10		1		10	21
	tarde	2		2			4
sexta	manhã						



	tarde						
--	-------	--	--	--	--	--	--

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

A gestora informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando a inclusão em pauta de todos os processos pendentes no Fórum, em face da devedora que teve bens arrematados, para fins de conciliação com o produto da venda.

Noticiou, também, ser comum que empresas tomadoras de serviço, antes do encerramento do contrato com a prestadora dos serviços, mediante arresto, depositem, em juízo, o valor das faturas de pagamento dos serviços prestados. Nesses casos, os processos em desfavor da reclamada prestadora dos serviços são incluídos em pauta para tentativa de conciliação, com resultados positivos. A título de exemplo, indicou o processo 0010376-20.2018.5.15.0051. Informou, por fim, que na Unidade há um servidor graduado em Direito que atua na mediação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

Na correição anterior, constatou-se que a Unidade teve alta produtividade na realização de audiência unas e de instrução. Registrou-se a necessidade de otimizar a pauta de audiências (com a retirada de pauta dos processos que envolvam Órgãos Público), além de substituir as audiências do tipo inicial para una ou instrução.

Atualmente, verifica-se que a Unidade realizou média (RARIA) de 140,0 audiências unas e de instrução, média superior ao resultado verificado na última correição (119,2 – RARIA), o que refletiu na redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 78 dias para as unas sumaríssimo (91 dias para unas ordinário), contra os 220 dias registrados na última correição, e 149 dias para as instruções sumaríssimo (155 dias para instruções ordinário), bem inferior aos 220 dias lá registrados.

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 323 dias, menor que o de seu grupo (357 dias) e que o do Fórum (354 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 207 dias, em média, enquanto nos demais



processos, o prazo médio é de 350 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em que pese tais constatações quanto às audiências e ao encerramento da instrução, observa-se que o prazo médio total na fase de conhecimento se elevou, passando de 296 dias para 323 dias, em comparação aos resultados verificados na correição anterior, possivelmente como reflexo do acréscimo de demanda nos últimos tempos, que alterou sua média anual de processos recebidos.

Destaca-se, assim, a necessidade de manter os esforços para o pleno alcance das Metas Nacionais, especialmente refletindo em prazos ainda mais céleres, já que no último ano não foi integralmente atingida a Meta 5 da Justiça do Trabalho (77%) – conforme item 11.

19 – CONSTATAÇÕES:

19.1 - Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com trio gerencial.

Alerta-se a unidade que a informação de prazo “0” (zero) para expedientes no PJe implica o não encaminhamento do processo para a pasta de vencimento de prazo correta, razão pela qual a Unidade não deve se valer desta prática.

A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, da qual deve se valer a fim de evitar processos fora do fluxo, em observância da Portaria GP-CR 89/2015, que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Ainda, possibilita que a Corregedoria extraia relatórios relevantes às questões relacionadas a magistrados. No mais, alerta-se para o acompanhamento frequente de movimentação, como origem ou destino, de processos da subcaixa de “Razões Finais”.

No tocante à tarefa “preparar ato de comunicação”, esclarece a unidade que se trata de processos que estão designados para a pauta de mediação. Como tal, a Corregedoria recomenda que as notificações dessas designações sejam cumpridas sem que demandem diligências de oficiais de justiça.

A Corregedoria também esclarece que, no tocante à solicitação de reserva de numerário, as unidades solicitante e solicitada devem atentar-se à correta e necessária habilitação de devedores, certificação no EXE15 e atualização dos valores reservados. Assim, realizada a consulta e analisada a possibilidade de ter seu crédito satisfeito, a



unidade solicitante expede o ofício para reserva de numerário, enquanto a unidade solicitada, também, pode devolver o ofício, noticiando a insuficiência do crédito para satisfação da reserva pretendida.

Constata-se que a maior parte dos processos convertidos em diligência decorrem de determinação de juízes substitutos, o que também interfere no gerenciamento de processos na Unidade.

Liquidação. Transitado em julgado, as contas são apresentadas em mesa de mediação, por ambas as partes. Neste momento, é oportunizada a discussão sobre os cálculos, com a manifestação do calculista, sempre que necessário, o que tem possibilitado acordos em 60% da pauta. Se diante de diferenças pequenas de valores, a possibilidade de citação, para pagamento em 48 horas, contribui bastante para conclusão em acordo.

A mediação na fase de conhecimento conta com uma triagem inicial, onde, por exemplo, são arrestadas as faturas das reclamadas-municípios que têm pagamentos a realizar para as terceirizadas. A prática tem possibilitado a presença das reclamadas empresas terceirizadas, portanto, as suas não revelias e, principalmente conciliações na fase.

No dia 21/06/18, às 10h00, o Corregedor presidiu cerimônia de encerramento das atividades do Apoia 15, que redundou na melhoria dos indicadores da 1ª Vara do Trabalho deste Fórum de Piracicaba.

19.2 - Reunião realizada com os gestores das três varas do fórum, a primeira representada pelo assistente de diretor, e com cada um dos responsáveis pelo CEJUSC e pela Divisão da Execução, sobre os seguintes assuntos:.

- 1.** Reserva de numerário. Considerando processo cadastrado no EXE15, com penhora registrada, que venha a ser quitado e encerrada a execução, os gestores questionam a possibilidade de sua exclusão do cadastro, a fim de evitar pedido de reserva de numerário de outras unidades. No aspecto, a Corregedoria esclarece que inexistente esta possibilidade, devendo a Unidade, tão somente, inativar a penhora registrada no sistema. Por outro lado, se já houver reserva de numerário cadastrada, sugere-se a consulta e manifestação das unidades que a registraram, antes do levantamento da penhora e sua inativação no sistema de execução;
- 2.** Sistema EXE15. A eficiência do EXE15 decorre dos corretos e regulares consulta, inclusão, preenchimento e anexação do “Rascunho/Anotações”. As informações ali registradas são aproveitadas por todas as outras unidades, no âmbito da 15ª Região, bem como, úteis para a correta aferição e consequente caracterização de



um grande devedor e, assim, para ensejar o procedimento administrativo para pesquisa patrimonial avançada. Diante dos lapsos detectados do GIE/Oficiais de Justiça, recomenda-se que sejam orientados a observar o procedimento correto, a fim de que não ocorra retrabalho. Com a nova conformação da divisão de execução, a comunicação com o GIE das unidades será de suma relevância. Nesse sentido, normatizada a necessidade de reuniões de trabalho periódicas, com as unidades judiciárias abrangidas por sua região de atuação, conforme art. 4º do Provimento GP-CR nº 04/2018;

3. Processos convertidos em diligências. Haja vista o elevado número de conversões em diligências, as unidades devem atentar-se às normas de vinculação;

4. Procedimento na fase de liquidação. A fase de liquidação admite variadas práticas: a intimação das partes para apresentação, em audiência de mediação, de cálculos, mais a determinação de depósito, pela ré, do valor que entende devido. E, não havendo acordo, na própria audiência, ocorre a liberação dos valores encontrados nos autos, bem como, a homologação dos cálculos e citação da ré. Ou intimação da reclamada para apresentação de cálculos e depósito do valor que entende devido. Na sequência, liberar o valor depósito, concomitantemente à concessão de prazo para o reclamante falar sobre os cálculos da reclamada. A prática tem demonstrado um reduzido número de impugnação à sentença de liquidação. E, persistindo a controvérsia sobre as contas, a designação de perícia para cálculos complexos ou realização de cálculos simples (e.g. Verbas rescisórias) pelo calculista da unidade. As unidades devem avaliar a prática mais adequada;

5. Mediação na fase de conhecimento. Prática da 2ª Vara do Trabalho de Piracicaba. Arresto das faturas de pagamento em favor das prestadoras de serviços (devedora principal), o que tem contribuído para a realização de acordos e redução do número de revelias;

6. Notificações de mediação tratadas como notificações urgentes por Oficial de Justiça. Em que pese a relevância das audiências de mediação, a atuação dos Oficiais de Justiça deve ser preponderantemente direcionada para a execução, pesquisa patrimonial;

7. Notificação eletrônica. Uma vez que está adotada a notificação eletrônica nas unidades do fórum, que aliás, detém uma lista comum das reclamadas que concederam seus aceites para recebimento delas, o procedimento deve ser amplamente explorado pelas unidades. No mais, outros endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com as unidades,



pois a elas compete realizar a notificação inicial não pessoal. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.2 – considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que nenhuma das equipes tenha apenas um integrante, permitindo adequada continuidade das tarefas em caso de afastamento e necessidade de substituição;

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, E. CNJ (baixar 90% do total de casos novos de execução no ano) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 83% e 77% de cumprimento;

21.3 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;



22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 4 a 7/6/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0011406-95.2015.5.15.0051	Processo eletrônico na tarefa “aguardando audiência, subcaixa a designar” desde 20/3/2018. Observa-se que a audiência de conciliação designada para 22/5/2018 não ocorreu por motivo de suspeição da Juíza Titular. Conforme certidão lavrada em 22/5/2018, o feito seria encaminhado à Juíza Substituta para prosseguimento, o que não ocorreu até o momento.	Levar o processo à conclusão, atentando-se para a suspeição declarada. Além disso, deverá a Secretaria observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe, e o quadro de avisos do PJE, que dispõe sobre as autorizações para a criação das subcaixas.
2	0010689-83.2015.5.15.0051	Processo eletrônico na tarefa “aguardando esclarecimentos periciais” desde 26/3/2018. Observa-se que o julgamento do feito foi convertido em diligências para complementação do laudo pericial elaborado. O Expert. foi cientificado em 19/10/2017 e em outras oportunidades para manifestação, o que não foi atendido até então.	Levar o processo à conclusão para análise e prosseguimento. Além disso, a Secretaria deverá abster-se de renovar automaticamente o prazo, sem determinação judicial.
3	0010081-85.2015.5.15.0051	Processo eletrônico na tarefa “minutar expediente de secretaria” desde 17/5/2018. O processo aguarda a conferência do alvará para soerguimento do FGTS e habilitação no programa do seguro-desemprego.	Embora relativamente recente, dar andamento ao feito, atentando-se para a priorização dos atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
4	0010330-36.2015.5.15.0051	Processo eletrônico na tarefa “cumprimento de providências, subcaixa “ag. formalização da penhora” desde 28/08/2017. Observa-se que a carta precatória para avaliação do imóvel penhorado foi devidamente cumprida e devolvida em 14/12/2016 por meio do malote digital, o qual foi juntada ao processo em 12/07/2017 e desde então está sem tramitação. Há outros processos em situação semelhante.	Dar andamento ao feito imediatamente.
5	0012436-68.2015.5.15.0051	Processo eletrônico na tarefa “cumprimento de providências, subcaixa hasta pública” desde 1º/12/2017. Na audiência realizada em 30/11/2017 o juízo determinou o envio do bem penhorado à hasta pública após o decurso do prazo legal para oposição de recurso, o que não foi cumprido até o momento.	Cumprir a determinação judicial.
6	0011453-35.2016.5.15.0051	Processo eletrônico arquivado em razão do cumprimento de acordo. No entanto, verifica-se haver depósito judicial ainda não liberado referente aos honorários periciais.	Desarquivar o processo e levar o feito à conclusão para fins de liberação de valores.
7	0010634-64.2017.5.15.0051	Processo eletrônico arquivado provisoriamente em 10/5/2018. Porém, observa-se que a decisão que julgou improcedente a causa (e concedeu isenção das custas processuais) transitou em julgado.	Regularizar os lançamentos processuais, pela transparência dos dados.



8	0000081-31.2012.5.15.0051	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “RMA – remetido ao arquivo” desde 9/1/2018. O processo foi desarquivado em 21/11/2017 para prosseguimento. Após foi remetido ao arquivo, sem novo lançamento ARQ.	Sanear a inconsistência, com o registro dos movimentos pertinentes.
9	0000332-83.2011.5.15.0051	Processo físico na variável 346 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de liquidação), com última ocorrência “RMT– remesso ao TRT da 15ª Região” desde 6/6/2016. Consultando o sistema de acompanhamento processual (SAP1G), observa-se que o feito foi arquivado em 9/1/2014 e remetido ao arquivo em 14/1/2014. Não houve tramitação posterior, mas foi lançada ocorrência de remessa para julgamento de recurso.	Sanear a inconsistência, pela transparência no acompanhamento processual.
10	0001417-70.2012.5.15.0051	Processo físico na variável 117 (embargos de declaração pendentes) com última ocorrência “PJE - Migrado ao Processamento Eletrônico” desde 19/1/2017. Verifica-se que o processo foi migrado para a plataforma PJE, mas permanece com incidente processual não solucionado no sistema SAP1G.	Sanear a inconsistência, registrando-se os movimentos no SAP1G. Há outros processos com a mesma inconsistência em outras variáveis, por exemplo: 0099400-79.2006.5.15.0051 (variável 150 – embargos à execução pendentes), 0181900-71.2007.5.15.0051 (variável 144 – impugnação à sentença de liquidação pendentes).
11	0000456-32.2012.5.15.0051	Processo físico com última ocorrência “DES – despacho” desde 11/05/2017.	Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo atos independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
12	0197600-39.1997.5.15.0051	Processo físico com última ocorrência “RMA - Remetido ao Arquivo” desde 14/3/2013. Verifica-se a quitação integral do débito devido no processo. Entretanto, permanece o feito com pendência de pagamento de RPV no e-GESTÃO. Há outros processos na mesma situação.	Sanear as inconsistências.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparecem os seguintes membros da OAB local:

Dr. Jefferson Luiz Lopes Goularte, OAB 119.387 (Pres. da Subsecção de Piracicaba), Dra. Sueli Aparecida Morales Felipe, OAB 88.692 (Vice-Presidente da OAB de Piracicaba), Dra. Fernanda Dal Picolo, OAB 178.780 (Presidente da Comissão de Direito do Trabalho), Dr. Silas Gonçalves Mariano, OAB 192.658 (Membro da Comissão de Direito do Trabalho).

Os representantes da OAB, além de elogiarem os bons serviços prestados pelos



Juizes e servidores do Fórum do Trabalho de Piracicaba, fizeram as seguintes reivindicações:

- a) ao Juiz Firmino Alves Lima, a reavaliação dos despachos relacionados às perícias, em que pese o fato de estar cumprindo uma sugestão da Corregedoria;
- b) não nomeação de perito envolvido na Operação Hipócritas;
- c) ao TRT, a reavaliação de mudança do Fórum para outro local, considerando que a localidade atual tem problemas de segurança pública, além dos defeitos, especialmente na parte elétrica e trincas, de construção da edificação.

O Dr. Jamil Aparecido Milani (OAB 166.549) compareceu para elogiar os magistrados e servidores da 2ª Vara do Trabalho.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM. Juíza Titular Adriene Sidnei de Moura David Diamantino reside na jurisdição.

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Bruna Muller Stravinski reside na sede da circunscrição, assim como o Juiz Substituto Rafael de Almeida Martins.

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença.

24.4 – Os Magistrados atuantes no Fórum do Trabalho de Piracicaba reiteraram a necessidade da mudança de edificio para local mais apropriado, seguro e com melhores instalações.

24.5 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.6 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 1905/2017.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



25 – ENCERRAMENTO:

No dia 21 de junho de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.